

TAURUS ARMAS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 92.781.335/0001-02
NIRE 43.3.0000739.1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA ÀS 08:00 HORAS DO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2023

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 08:00 horas, de forma exclusivamente presencial, na sede social de Taurus Armas S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida São Borja, nº 2.181, Prédio "A", bairro Fazenda São Borja, cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.
- 2. CONVOCAÇÃO:** Editais de convocação publicados no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul, na seção "Publicidade Legal", nas edições de 8 de dezembro de 2023, 11 de dezembro de 2023 e 12 de dezembro de 2023, nas páginas 1 da versão eletrônica, e páginas 13, 15 e 16 da versão impressa, respectivamente, na forma do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").
- 3. PRESENCAS:** Presentes acionistas titulares de 38.449.840 ações ordinárias, representativas de 82,79% do capital social votante da Companhia e acionistas detentores de 11.030.229 ações preferenciais, representativas de 13,76% das ações preferenciais de emissão da Companhia, conforme constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes, ainda, os Srs. (i) Sergio Castilho Sgrillo Filho, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, representante da administração; (ii) Haroldo Zago, representante do Conselho Fiscal da Companhia; (iii) Romeu Sabino da Silva, representante da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda; e, (iv) Bruno Gonçalves Moraes, representante da auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
- 4. DOCUMENTOS:** Os documentos pertinentes aos assuntos constantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para a assembleia geral, foram colocados à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas (websites) da Companhia, Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"), nos termos da Lei das S.A. e regulamentações da CVM aplicáveis.
- 5. MESA:** Presidida pelo Sr. Neandro Bagatini Lazon e secretariada pelo Sr. Felipe Chiva Querol.
- 6. ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda ("Polimetal") e Incorporação da Parcela Cindida pela Companhia ("Protocolo e Justificação Polimetal"); **(b)** o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. ("TMFL") e Incorporação da Parcela Cindida pela Companhia ("Protocolo e Justificação TMFL"); **(c)** a ratificação da nomeação e contratação da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. para elaboração (i) do laudo de avaliação contábil da parcela patrimonial cindida da Polimetal ("Laudo Parcela Cindida Polimetal") e (ii) do laudo de avaliação contábil da parcela patrimonial cindida da TMFL ("Laudo Parcela Cindida TMFL"); **(d)** o Laudo Parcela Cindida Polimetal; **(e)** o Laudo Parcela Cindida TMFL; **(f)** a cisão parcial da Polimetal, com a incorporação da parcela cindida pela Companhia ("Cisão Parcial Polimetal"); **(g)** a cisão parcial da TMFL, com a incorporação da parcela cindida pela Companhia ("Cisão Parcial TMFL"); e, **(h)** autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, inclusive a efetivação da Cisão Parcial Polimetal e Cisão Parcial TMFL.
- 7. LEITURA DOS DOCUMENTOS E RECEBIMENTO DOS VOTOS:** (i) dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas, sem qualquer oposição quanto ao mérito e prazo de disponibilização; e, (ii) as declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentados, serão numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do disposto no Parágrafo 1º do Art. 130 da Lei das S.A.
- 8. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram da seguinte forma:

8.1. Aprovar, por unanimidade, e sem ressalvas, tendo sido computados 38.449.840 votos a favor dos acionistas presentes na assembleia, a lavratura da ata desta assembleia na forma de sumário contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme dispõe o art. 130, §1º, da Lei das S.A., e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes na forma do § 2º do mesmo artigo da Lei das S.A.

8.2. Consignar que, ouvido o Conselho Fiscal da Companhia, nos termos do inciso III do artigo 163 da Lei das S.A., e o Comitê de Auditoria e Riscos, nos termos do Regimento Interno da Companhia, em face da ordem do dia da Assembleia Geral, estes, à unanimidade, opinaram favoravelmente sobre a proposta da administração relativa à cisão parcial da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. e cisão parcial da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., e consequentemente a incorporação de ambas as parcelas dos patrimônios líquidos destas sociedades pela Companhia.

8.3. Aprovar, por unanimidade, e sem ressalvas, tendo sido computados 38.449.840 votos a favor dos acionistas presentes na assembleia, o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. ("Polimetal") e Incorporação da parcela cindida pela Companhia ("Protocolo e Justificação Polimetal"), firmado em 30/11/2023 com Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., sociedade empresária limitada com sede social e foro jurídico na cidade de São Leopoldo (RS), na Avenida São Borja, n.º 2181, Prédio B, Bairro Fazenda São Borja, CEP 93.035-411, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 89.545.511/0001-00 e na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob o NIRE n.º 43.2.0004781.2, o qual consubstancia os termos, cláusulas e condições da Cisão Parcial da Polimetal seguida da incorporação da parcela cindida pela Taurus Armas S.A.

8.4. Aprovar, por unanimidade, e sem ressalvas, tendo sido computados 38.449.840 votos a favor dos acionistas presentes na assembleia, o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. ("TMFL") e Incorporação da Parcela Cindida pela Companhia ("Protocolo e Justificação TMFL"), firmado em 30/11/2023 com Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ sob n.º 90.420.811/0001-34, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Paraná sob NIRE n.º 41.2.0769073.5, com sede social na Avenida Taurus n.º 20, bairro Ciman, Cidade Industrial de Mandirituba, Estado do Paraná, CEP 83.800-000, o qual consubstancia os termos, cláusulas e condições da Cisão Parcial da TMFL seguida da incorporação da parcela cindida pela Taurus Armas S.A.

8.5. Aprovar, por unanimidade, e sem ressalvas, tendo sido computados 38.449.840 votos a favor dos acionistas presentes na assembleia, a ratificação da nomeação e contratação da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, conj. 121 e 122, Cidade das Monções, CEP 04.571-010, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.045.248/0001-10, registrada no CRC 2SP-034.766/O-0 ("Empresa Avaliadora"), para a elaboração (i) do Laudo de Avaliação Parcela Cindida Polimetal e (ii) Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL.

8.6. Aprovar, por unanimidade, e sem ressalvas, tendo sido computados 38.449.840 votos a favor dos acionistas presentes na assembleia, o Laudo de Avaliação Parcela Cindida Polimetal, elaborado pela Empresa Avaliadora à data base de 31 de outubro de 2023 ("Data-Base"), para fins de Cisão Parcial da Polimetal e incorporação da parcela cindida pela Companhia.

8.6.1. Consignar que a parcela do patrimônio líquido da Polimetal cindida e transferida para a Companhia, ora cindenda, no valor de R\$ 1.456.003,00, é formada, única e exclusivamente, pelos ativos e passivos especificamente selecionados pela administração da Polimetal, conforme descritos no Laudo de Avaliação Parcela Cindida Polimetal ("Parcela Cindida Polimetal").

8.7. Aprovar, por unanimidade, e sem ressalvas, tendo sido computados 38.449.840 votos a favor dos acionistas presentes na assembleia, o Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL, elaborado pela Empresa Avaliadora à data base de 31 de outubro de 2023 ("Data-Base"), para fins de Cisão Parcial da TMFL e incorporação da parcela cindida pela Companhia.

8.7.1. Consignar que a parcela do patrimônio líquido da TMFL cindida e transferida para a Companhia, ora cindenda, no valor de R\$ 1.000,00, é formada, única e exclusivamente, pelos ativos e passivos especificamente selecionados pela administração da TMFL, conforme descritos no Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL ("Parcela Cindida TMFL").

- 8.8.** Aprovar, por unanimidade, e sem ressalvas, tendo sido computados 38.449.840 votos a favor dos acionistas presentes na assembleia, a Cisão Parcial Polimetal nos termos previstos no Protocolo e Justificação.
- 8.9.** Aprovar, por unanimidade, e sem ressalvas, tendo sido computados 38.449.840 votos a favor dos acionistas presentes na assembleia, a Cisão Parcial TMFL nos termos previstos no Protocolo e Justificação.
- 8.10.** Consignar, em relação às matérias aprovadas nos itens 8.8 e 8.9 acima, que:
- 8.10.1.** A Cisão Parcial Polimetal e a Cisão Parcial TMFL, com a incorporação das Parcela Cindida Polimetal e Parcela Cindida TMFL pela Companhia são realizadas sem relação de substituição de quotas da Polimetal e TMFL por ações da Companhia, tendo em vista que a Companhia é titular da totalidade das quotas de emissão da Polimetal e TMFL, inexistindo outros sócios que devam migrar para a Companhia.
- 8.10.2.** A Cisão Parcial Polimetal e Cisão Parcial TMFL não acarreta aumento de capital social na Companhia e não implica emissão de novas ações pela Companhia.
- 8.10.3.** Não é aplicável à Cisão Parcial Polimetal e à Cisão Parcial TMFL, com a incorporação das Parcela Cindida Polimetal e Parcela Cindida TMFL pela Companhia, as avaliações dos patrimônios líquidos da Polimetal, TMFL e Companhia para fins da comparação da relação de substituição prevista no art. 264 da Lei das S.A., tendo em vista que (i) a Companhia é titular da totalidade das quotas de emissão da Polimetal e TMFL, inexistindo sócios não controladores que devam migrar para a Companhia; e (ii) as operações são realizadas sem relação de substituição.
- 8.10.4.** Nos termos do artigo 136 e 137 da Lei das S.A., os atuais acionistas da Companhia não farão jus a direito de retirada decorrente da aprovação da Cisão Parcial Polimetal e Cisão Parcial TMFL.
- 8.10.5.** A Cisão Parcial Polimetal e Cisão Parcial TMFL não resulta na extinção da Polimetal e da TMFL, que continuam existentes.
- 8.10.6.** Em razão da Cisão Parcial Polimetal e Cisão Parcial TMFL, a Companhia sucederá a Polimetal e TMFL, a título universal, em relação aos bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da Polimetal e TMFL integrantes ou relacionados exclusivamente à Parcela Cindida Polimetal e Parcela Cindida TMFL, sem solidariedade entre a Companhia e as Cindidas, nos termos do artigo 233 da Lei das S.A.
- 8.10.7.** As variações patrimoniais relativas à Parcela Cindida Polimetal e Parcel Cindida TMFL que ocorrerem entre a Data-Base e a data da Cisão Parcial Polimetal e da Cisão Parcial TMFL serão suportadas e absorvidas pela Companhia conforme aplicável e nos termos da lei.
- 8.10.8.** Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão da Cisão Parcial Polimetal e da Cisão Parcial TMFL passada pelo Registro de Empresas será documento hábil para o registro e a averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão pela Companhia em relação aos bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades integrantes ou relacionados à Parcela Cindida de cada uma das cindidas.
- 8.11.** Aprovar, por unanimidade, e sem ressalvas, tendo sido computados 38.449.840 votos a favor dos acionistas presentes na assembleia, a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a efetivação da Cisão Parcial Polimetal e Cisão Parcial TMFL.
- 9.** Os documentos e propostas submetidos à assembleia foram numerados seguidamente, autenticados pela mesa e ficam arquivados na sede da Companhia.
- 10. ACIONISTAS PRESENTES:** BYK PARTICIPAÇÕES S.A.; GIBRALTAR INCORPORACOES E PARTICIPACOES LTDA.; e CBC BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.
- 11. ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a Assembleia encerrada às 8h15min e suspendeu os trabalhos até às 08h30 para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, e

autorizada a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A., que, lida, achada conforme e confirmada em todos os seus termos, vai assinada pela mesa e pelos acionistas presentes. Mesa: Neandro Bagatini Lazon, Presidente; Felipe Chiva Querol, Secretário. Representantes: Sergio Castilho Sgrillo Filho, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, Representante da Administração; Haroldo Zago, Representante do Conselho Fiscal; Romeu Sabino da Silva, Representante da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda; Bruno Gonçalves Moraes, Representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Acionistas Presentes: BYK PARTICIPAÇÕES S.A., P.p. Neandro Bagatini Lazon; GIBALTAR INCORPORACOES E PARTICIPACOES LTDA., P.p. Neandro Bagatini Lazon; CBC BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA., P.p. Neandro Bagatini Lazon.

Declara-se que a presente é cópia fiel e extraída do original.

São Leopoldo, RS, 29 de dezembro de 2023.

Neandro Bagatini Lazon
Presidente

Felipe Chiva Querol
Secretário

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE Cisão PARCIAL DE POLIMETAL METALURGIA E PLÁSTICOS LTDA. E INCORPORAÇÃO
DA PARCELA CINDIDA PELA TAURUS ARMAS S.A.**

celebrado entre

POLIMETAL METALURGIA E PLÁSTICOS LTDA.

na qualidade de Cindida,

e

TAURUS ARMAS S.A.

na qualidade de Cindenda

São Leopoldo, RS, 30 de novembro de 2023

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISÃO PARCIAL DE POLIMETAL METALURGIA E PLÁSTICOS LTDA. E INCORPORAÇÃO
DA PARCELA CINDIDA PELA TAURUS ARMAS S.A.**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes:

(A) POLIMETAL METALURGIA E PLÁSTICOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede social e foro jurídico na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida São Borja, n.º 2.181, Prédio B, Bairro Fazenda São Borja, CEP 93.035-411, inscrita no CNPJ sob o nº 89.545.511/0001-00 e na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob o NIRE n.º 43.2.0004781.2, neste ato representada na forma do seu contrato social por seus administradores, **Salesio Nuhs**, brasileiro, nascido em 22/05/1960, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, industrial, inscrito no CPF/ME sob nº 437.953.159-72 e portador da Cédula de Identidade RG nº 263603891/SSP/SP, e **Sergio Castilho Sgrillo Filho**, brasileiro, nascido em 04/11/1977, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 8070518793/SSP/RS e inscrito no CPF/ME sob nº 904.896.160-20 ("POLIMETAL" ou "Cindida"); e,

(B) TAURUS ARMAS S.A., sociedade anônima de capital aberto com sede social na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida São Borja, n.º 2.181, Prédio A, Distrito Industrial, CEP 93.032-000, inscrita no CNPJ sob n.º 92.781.335/0001-02, NIRE n.º 43.3.0000739.1, neste ato representada por seus Diretores, **Salesio Nuhs**, brasileiro, nascido em 22/05/1960, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, industrial, inscrito no CPF/ME sob nº 437.953.159-72 e portador da Cédula de Identidade RG nº 263603891/SSP/SP, e **Sergio Castilho Sgrillo Filho**, brasileiro, nascido em 04/11/1977, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 8070518793/SSP/RS e inscrito no CPF/ME sob nº 904.896.160-20 ("TASA" ou "Cindenda").

Cindida e Cindenda, em conjunto, doravante designadas simplesmente "Partes" e, individualmente, "Parte".

P R E Â M B U L O

CONSIDERANDO QUE:

- (i)** a TASA é uma companhia aberta categoria "A" com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código de negociação (*ticker*) "TASA4".
- (ii)** a TASA desenvolve atividades de indústria, comércio, importação e exportação de armas, peças para armas, munição, produtos destinados à proteção e segurança pessoal, dentre outras atividades, nos termos de seu objeto social.
- (iii)** a POLIMETAL tem no seu objeto social o propósito de desenvolver atividades de indústria, comércio, importação e exportação de armas, peças para armas, algemas, artefatos de couro para uso e porte de armas, munição, componentes e matérias-primas para munição, peças forjadas, peças pelo processo de injeção e sintetização, metalurgia e outros, produtos de metal, couro e plástico, produtos destinados à proteção e segurança pessoal, concessão de licença para uso de marcas, participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, dentre outras atividades;
- (iv)** a TASA é titular de 100% (cem por cento) das quotas sociais de emissão da POLIMETAL ("Quotas").

- (v) subordinado a determinados termos e condições, a POLIMETAL pretende cindir parcela de seu patrimônio e transferi-lo para a TASA e a TASA pretende incorporar a parcela a ser cindida da POLIMETAL.
- (vi) as administrações das Partes acreditam que a cisão parcial da POLIMETAL com a incorporação da parcela cindida pela TASA beneficiará as Partes, otimizando sua estrutura de capital, a compensação de obrigações financeiras e fiscais e permitindo a realocação de ativos e passivos de modo a gerar maior eficiência aos negócios.

RESOLVEM firmar, nos termos dos artigos 224, 225, 226, 227 e 229 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), dos artigos 1.116, 1.117, 1.118 e 1.122 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro 2002, conforme alterada (“Código Civil”) e das normas constantes da Resolução CVM n.º 78, de 29 de março de 2022 (“RCVM 78/22”), o presente instrumento particular de “Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda e incorporação da Parcela Cindida pela Taurus Armas S.A.”, observados os termos, cláusulas e condições adiante consubstanciados (“Protocolo e Justificação”).

CLÁUSULA 1. INTERPRETAÇÕES E DEFINIÇÕES.

1.1. Interpretação. Os títulos e cabeçalhos deste Protocolo e Justificação servem meramente para referência e não devem limitar ou afetar o significado atribuído à Cláusula a que fazem referência.

1.1.1. Os termos “inclusive”, “incluindo”, “particularmente” e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo “exemplificativamente”.

1.1.2. Sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste Protocolo e Justificação aplicar-se-ão tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa.

1.1.3. Referências a qualquer documento ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo expressamente disposto de forma diferente.

1.1.4. Referências a disposições legais serão interpretadas como referências às disposições respectivamente alteradas, estendidas, consolidadas ou reformuladas na data deste Protocolo e Justificação.

1.2. Definições. Os termos iniciados com letras maiúsculas constantes deste Protocolo e Justificação terão os significados a eles atribuídos neste instrumento.

CLÁUSULA 2. OBJETO

2.1. Operação. Este Protocolo e Justificação tem por objeto consubstanciar as justificativas, os termos, cláusulas e condições da cisão parcial da POLIMETAL, com a incorporação da parcela patrimonial cindida pela TASA (“Operação”), de modo que, com a implementação da Operação, a POLIMETAL continuará existente na qualidade de subsidiária integral da TASA e a TASA sucederá a POLIMETAL, a título universal, em relação, exclusivamente, aos bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, dívidas, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades integrantes da parcela patrimonial cindida, nos termos do artigo 229 da Lei das S.A.

CLÁUSULA 3. MOTIVOS E FINS DA OPERAÇÃO, BENEFÍCIOS, FATORES DE RISCO E CUSTOS

3.1. Motivos e Fins da Operação. Tendo em vista que as Partes são sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico e considerando que a TASA é titular direta de 100% do capital social da POLIMETAL, a Operação trará benefícios às Partes, de ordem econômica, financeira e fiscal, na medida em que recíprocas obrigações financeiras e fiscais serão imediatamente compensadas e quitadas.

3.2. Fatores de Risco. Tendo em vista que a TASA é titular de 100% do capital social da POLIMETAL, as Partes entendem que a Operação não aumenta a exposição de risco das Partes e não impacta em risco aos acionistas, investidores e terceiros interessados na TASA.

3.3. Estimativas de Custos. As Partes estimam que os custos e despesas totais para realização e efetivação da Operação, incluindo os honorários de assessores jurídicos, de avaliadores e de auditores e os custos para realização e publicação dos atos societários não devem ultrapassar o montante de aproximadamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

3.4. Opinião dos Administradores. Os administradores das Partes entendem que a Operação, considerando os motivos e fins descritos na Cláusula 3.1 acima, trará maior racionalização de obrigações e ativos entre as mesmas, refletindo em melhores resultados operacionais e financeiros, justificando, portanto, a Operação.

CLÁUSULA 4. CAPITAL SOCIAL DAS PARTES ANTES DA OPERAÇÃO

4.1. Composição do Capital Social da POLIMETAL Antes da Operação. O capital social da POLIMETAL, nesta data, é de R\$ 293.411.778 (duzentos e noventa e três milhões e quatrocentos e onze mil e setecentos e setenta e oito reais), dividido em 293.411.778 (duzentos e noventa e três milhões e quatrocentos e onze mil e setecentos e setenta e oito) Quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme abaixo indicado:

Sócio	Quotas	% Total
Taurus Armas S.A.	293.411.778	100%
Total:	293.411.778	100%

4.2. Composição do Capital Social da TASA Antes da Operação. O capital social da TASA, nesta data, é de R\$ 367.935.517,53 (trezentos e sessenta e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos) representado por 126.634.434 (cento e vinte e seis milhões, seiscentas e trinta e quatro mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 80.189.120 (oitenta milhões, cento e oitenta e nove mil, cento e vinte) ações preferenciais, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas conforme abaixo indicado:

Acionista	Ações	% Total
	Ações Ordinárias	
BYK Participações S.A.	31.889.353	68,66%
CBC Brasil Com. Dis. Ltda.	673.457	1,45%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	5.889.266	12,68%
Outros	7.993.238	17,21%

Total	46.445.314	100%
	<i>Ações Preferenciais</i>	
BYK Participações S.A.	4.201.910	5,24%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	6.824.094	8,51%
Luiz Barsi Filho	6.230.695	7,77%
Outros	62.932.421	78,48%
Total:	80.189.120	100%

CLÁUSULA 5. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DAS PARTES APÓS A OPERAÇÃO

5.1. Composição do Capital Social da POLIMETAL Depois da Cisão Parcial. Após a efetivação da Cisão Parcial POLIMETAL, com a versão do Acervo Cindido à TASA, o capital social da POLIMETAL será reduzido em R\$ 1.456.003,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil e três reais) mediante o cancelamento e extinção de 1.456.003 (um milhão quatrocentas e cinquenta e seis mil e três) Quotas que eram detidas por TASA, correspondente ao patrimônio líquido cindido ("Quotas Extintas"), passando dos atuais R\$ 294.252.884,00 (duzentos e noventa e quatro milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e oitocentos e oitenta e quatro reais), dividido em 294.252.884 (duzentas e noventa e quatro milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e oitocentos e oitenta e quatro) Quotas, para R\$ 291.955.775,00 (duzentos e noventa e um milhões novecentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e setenta e cinco reais), dividido em 291.955.775 (duzentos e noventa e um milhões novecentas e cinquenta e cinco mil e setecentas e setenta e cinco) Quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas entre os sócios conforme abaixo indicado:

Sócio	Quotas	Valor (R\$)	% Total
Taurus Armas S.A.	291.955.775	291.955.775,00	100%
Total:	291.955.775	291.955.775,00	100%

5.2. Composição do Capital Social da TASA Depois da Operação. O capital social da TASA com a implementação da Operação permanecerá inalterado no valor de R\$ 367.935.517,53 (trezentos e sessenta e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos) representado por 126.634.434 (cento e vinte e seis milhões, seiscentas e trinta e quatro mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 80.189.120 (oitenta milhões, cento e oitenta e nove mil, cento e vinte) ações preferenciais, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal, sem qualquer alteração na sua distribuição entre os acionistas da Companhia em decorrência da Operação.

Acionista	Ações	% Total
	<i>Ações Ordinárias</i>	
BYK Participações S.A.	31.889.353	68,66%
CBC Brasil Com. Dis. Ltda.	673.457	1,45%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	5.889.266	12,68%

Outros	7.993.238	17,21%
Total:	46.445.314	100%
	<i>Ações Preferenciais</i>	
BYK Participações S.A.	4.201.910	5,24%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	6.824.094	8,51%
Luiz Barsi Filho	6.230.695	7,77%
Outros	62.932.421	78,48%
Total:	80.189.120	100%

5.3. Direitos, Votos e Dividendos dos Acionistas da TASA. Não haverá alteração nos direitos de voto, dividendos ou quaisquer outros direitos políticos ou patrimoniais conferidos aos atuais acionistas da TASA, comparativamente às vantagens políticas e patrimoniais das ações existentes antes da Operação.

CLÁUSULA 6. DIREITO DE RETIRADA E VALOR DE REEMBOLSO

6.1. Direito de Retirada dos Sócios da POLIMETAL. Visto que a TASA é a única sócia da Cindida, a aprovação da Operação dependerá, exclusivamente, do voto afirmativo da Cindida. Desse modo, inexistirá sócio dissidente da deliberação de sócios da POLIMETAL.

CLÁUSULA 7. RELAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO E NÚMERO DE QUOTAS E AÇÕES

7.1. Inexistência de Relações de Substituição. A Cisão Parcial POLIMETAL será realizada sem relação de substituição das Quotas de emissão da POLIMETAL por ações da TASA, tendo em vista que (i) a TASA é titular da totalidade das quotas de emissão da POLIMETAL; (ii) a Operação não acarretará aumento de capital social na TASA; (iii) a Operação não implicará emissão de novas ações pela TASA; e (iv) não haverá migração de qualquer sócio da POLIMETAL para o capital social da TASA, tendo em vista que esta é a única sócia da POLIMETAL.

7.2. Alteração Número de Quotas da Cindida. A Operação acarretará a extinção de 1.456.003 (um milhão quatrocentas e cinquenta e seis mil e três) Quotas de emissão da POLIMETAL.

7.3. Inexistência de Emissão de Novas Ações pela Cindida. A Operação será realizada sem a emissão de novas ações pela TASA.

7.4. Frações de Ações da Cindida. Como a Operação será realizada sem a emissão de novas ações pela TASA, não haverá frações de ações a serem consolidadas.

7.5. Inexigibilidade da Relação de Substituição para Fins Comparativos. Não é aplicável à Operação as avaliações dos patrimônios líquidos das Partes para fins da relação de substituição comparativa prevista no artigo 264 da Lei das S.A., tendo em vista que: (i) a TASA é a titular da totalidade das quotas de emissão da POLIMETAL, inexistindo sócios não controladores que devem migrar para a TASA; e, (ii) a Operação será realizada sem relação de substituição.

CLÁUSULA 8. ELEMENTOS PATRIMONIAIS ATIVOS E PASSIVOS

8.1. Parcela Cindida – Cisão Parcial POLIMETAL. A parcela do patrimônio da POLIMETAL a ser vertida e transferida por incorporação para a TASA é composta, única e exclusivamente, pelos ativos e passivos

selecionados pela administração das Partes, conforme descritos no anexo ao Laudo de Avaliação Parcela Cindida (“Parcela Cindida”).

- 8.1.1. No momento da aprovação da Operação, parte do investimento da TASA na POLIMETAL, correspondente ao valor da Parcela Cindida, com eventuais ajustes decorrentes das variações patrimoniais posteriores relacionados à Parcela Cindida, será cancelado e será substituído pelos ativos e passivos selecionados que formam a Parcela Cindida a ser incorporada pela Cindenda.

CLÁUSULA 9. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

9.1. Empresa Avaliadora. Consoante artigos 226, 227 e 229 da Lei n.º 6.404/1976, as Partes contrataram a Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, conj. 121 e 122, Cidade das Monções, CEP 04571-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) nº 13.045.248/0001-10, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC 2SP-034.766/O-0, representada pelo seu responsável técnico, Sr. Romeu Sabino da Silva, brasileiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7064813277, inscrito no CPF sob o nº 917.661.250-34 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 071263/O-0, residente e domiciliado em Porto Alegre, com escritório estabelecido na cidade de Porto Alegre, na Avenida Iguaçu, 418/1404 (“Empresa Avaliadora”) para elaborar o laudo de avaliação do valor contábil da Parcela Cindida da POLIMETAL (“Laudo de Avaliação Parcela Cindida POLIMETAL”).

9.2. Ratificação da Contratação da Empresa Avaliadora. A escolha da Empresa Avaliadora para elaboração de Laudo de Avaliação Parcela Cindida deverá ser ratificada pela reunião de sócios e assembleia geral extraordinária das Partes.

9.3. Critério de Avaliação. A Parcela Cindida foi avaliada por seus valores contábeis.

9.4. Data Base da Avaliação. Adotou-se como data-base para avaliação da Parcela Cindida o dia 31 de outubro de 2023 (“Data-Base”).

9.5. Laudo de Avaliação. A Empresa Avaliadora elaborou o Laudo de Avaliação Parcela Cindida, que integra o presente Protocolo e Justificação como Anexo 9.5(i).

9.6. Valor atribuído – Parcela Cindida. Conforme o Laudo de Avaliação Parcela Cindida preparado pela Empresa Avaliadora, o valor contábil da Parcela Cindida na Data-Base corresponde a R\$ 1.456.003,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil e três reais).

9.7. Variações Patrimoniais. As variações patrimoniais relativas à Parcela Cindida que ocorrerem entre a Data-Base e a data da efetiva realização da Operação serão absorvidas pela Cindenda e reconhecidas diretamente na sua escrituração.

CLÁUSULA 10. CONTINUIDADE DA CINDIDA, CREDORES E SUCESSÃO DE OBRIGAÇÕES

10.1. Continuidade da Cindida. A Operação não resultará na extinção da POLIMETAL que continuará existentes na qualidade de sociedade subsidiária integral da TASA.

10.2. Relação perante Credores. Como a Operação confere certos direitos especiais aos credores da Cindida, nos termos do art. 233 da Lei n.º 6.404/1976, a redução do capital social realizada no âmbito da cisão parcial (i) produzirá efeitos imediatos e (ii) o arquivamento da alteração do contrato social da POLIMETAL não dependerá da abertura do prazo para oposição de credores previsto nos artigos 174 da Lei n.º 6.404/1976 e 1.084, § 2º do Código Civil.

10.3. Sucessão em Bens, Direitos e Obrigações da Parcela Cindida. A TASA sucederá a POLIMETAL, a título universal e sem solução de continuidade, exclusivamente em relação aos bens, direitos, deveres, obrigações e responsabilidades de titularidade da POLIMETAL e integrantes ou relacionados à Parcela Cindida incorporada pela TASA.

10.4. Registro e averbação da sucessão da Cindida. Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão da Cisão Parcial emitida pelo Registro de Empresas será documento hábil para o registro e averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Cindida em relação aos bens, direitos, deveres, obrigações e responsabilidades integrantes ou relacionados à Parcela Cindida.

10.5. Ausência de Solidariedade entre a Cindenda e a Cindida. A TASA será responsável apenas pelas dívidas, obrigações e passivos que lhes forem expressamente transferidas em razão da Operação expressa neste instrumento, sem solidariedade entre a Cindenda e a Cindida, nos termos do artigo 233, § único, da Lei das S.A.

CLÁUSULA 11. DEFESA DA CONCORRÊNCIA E AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

11.1. Autoridades de Defesa da Concorrência. A realização da Operação não está sujeita à apreciação das autoridades de defesa da concorrência, quer no Brasil ou no exterior.

11.2. Autorizações de Autoridades Governamentais. A realização da Operação também não está sujeita à aprovação de qualquer outra autoridade governamental, quer no Brasil, quer no exterior.

CLÁUSULA 12. ATOS SOCIETÁRIOS E REFORMA ESTATUTÁRIA

12.1. Alteração do Contrato Social da POLIMETAL. Deverá ser celebrada alteração do contrato social da POLIMETAL para deliberar e aprovar, dentre outras matérias: (i) este Protocolo e Justificação; (ii) a Cisão Parcial, nos termos e condições do presente Protocolo e Justificação; (iii) a redução do capital social, com a respectiva alteração de seu contrato social; e (iv) autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação da Cisão Parcial.

12.1.1. O capital social da POLIMETAL será modificado para refletir a redução de capital resultante da Cisão Parcial, passando a Cláusula Quinta do contrato social a vigor com a seguinte redação:

“DO CAPITAL SOCIAL

Quinta - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 291.955.775,00 (duzentos e noventa e um milhões novecentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e setenta e cinco reais), dividido em 291.955.775 (duzentos e noventa e um milhões novecentas e cinquenta e cinco mil e setecentas e setenta e cinco) Quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, detido unicamente pela sócia TAURUS ARMAS S.A.”

12.2. Assembleia Geral Extraordinária da TASA. Deverá ser realizada uma assembleia geral extraordinária da TASA para deliberar e aprovar, dentre outras matérias: (i) este Protocolo e Justificação; (ii) a ratificação da nomeação da Empresa Avaliadora para elaboração do Laudo de Avaliação Parcela Cindida, (iii) a Cisão Parcial, nos termos e condições do presente Protocolo e Justificação; e (iv) a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação da Operação.

12.2.1. Como a Operação será realizada sem aumento de capital, não haverá qualquer modificação no estatuto social da TASA.

CLÁUSULA 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Demonstrações financeiras. Nos termos do art. 16 da RCV 78/22, não é aplicável a divulgação das demonstrações financeiras para fins da operação e das demonstrações financeiras proforma, nos termos do capítulo III da RCV 78/22, uma vez que: (i) a TASA é detentora da totalidade das quotas da POLIMETAL; e (ii) a Operação não implica aumento de capital social nem emissão de novas ações pela TASA, e, portanto, não representa diluição.

13.2. Documentos. Este Protocolo e Justificação e o Laudo de Avaliação Parcela Cindida, bem como a proposta da administração da TASA contendo as informações exigidas pela Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022 (“RCVM 81/22”), conforme alterada, serão colocados à disposição nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 e da TASA na rede mundial de computadores.

13.3. Negócios Dependentes. Este Protocolo e Justificação é celebrado no contexto da reorganização societária da POLIMETAL e da TASA, conforme informado no preâmbulo deste instrumento.

13.4. Prática de Atos. Uma vez aprovada a Operação, os administradores da POLIMETAL e da TASA deverão praticar todos os atos, registros e averbações que se fizerem necessários à perfeita regularização, formalização e efetivação da Operação e do estabelecido no presente Protocolo e Justificação.

13.5. Custos e Despesas. Cada Parte deve arcar com suas respectivas despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da celebração deste Protocolo e Justificação e da consumação da Operação, incluindo, sem limitação, despesas com publicações, assessores jurídicos e financeiros, registros e averbações necessários.

13.6. Tributos. Cada uma das Partes deverá recolher e pagar pontualmente todos os tributos incidentes em razão da Operação e para os quais seja definida como contribuinte pela legislação tributária. Adicionalmente, as Partes autorizam-se mutuamente a reter e pagar em nome e por conta da outra todos os tributos para os quais a legislação tributária determine o recolhimento na fonte.

13.7. Aprovações. Este Protocolo e Justificação contém as condições exigidas pela Lei das S.A. e pela regulamentação aplicável da CVM para a proposta de cisão parcial da Cindida com incorporação da Parcela Cindida pela Cindida, e deverá ser submetido à apreciação e aprovação da assembleia geral extraordinária da TASA e da reunião de sócios da POLIMETAL.

13.8. Sobrevivência de Cláusulas. Caso alguma cláusula, disposição, termo ou condição deste Protocolo e Justificação venha ser considerada inválida ou inexecutável, as demais cláusulas, disposições, termos e condições não afetados permanecerão válidas e em pleno vigor.

13.9. Renúncia e Não Exercício. O não exercício, ou o atraso no exercício, por qualquer das Partes, dos direitos a elas respectivamente conferidos nos termos deste Protocolo e Justificação, não será interpretado como renúncia em relação a tal direito. Toda e qualquer renúncia aos direitos estabelecidos neste Protocolo e Justificação somente será válida quando entregue por escrito e assinada pela Parte renunciante.

13.10. Cessão. É vedada a cessão de quaisquer dos direitos e obrigações pactuados no presente Protocolo e Justificação sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, de cada uma das Partes.

13.11. Título Executivo. O presente Protocolo e Justificação, assinado juntamente com 2 (duas) testemunhas, servirá como título executivo extrajudicial na forma da legislação processual civil, para todos os efeitos legais, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras

medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste instrumento estão sujeitas à execução específica, nos termos da legislação processual civil.

13.12. Lei aplicável. Este instrumento de Protocolo e Justificação será regido, interpretado e aplicado de acordo com a legislação vigente da República Federativa do Brasil.

13.13. Foro. Fica eleito o Foro da Comarca de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente Protocolo e Justificação, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

13.14. Assinatura Eletrônica. Os signatários reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Protocolo e Justificação e de seus termos, nos moldes do artigo 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do artigo 10, parágrafo segundo, da Medida Provisória nº 2.220-2/ 2001 (a “MP nº 2.220-2”), como, por exemplo, por meio do upload deste Protocolo e Justificação e aposição de suas respectivas assinaturas eletrônicas na plataforma DocuSign (<https://account.docusign.com/>), produzindo efeitos para todas as Partes a partir da data de assinatura nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura em data posterior.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as Partes assinam o presente Protocolo e Justificação por meio eletrônico, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

São Leopoldo, RS, 30 de novembro de 2023.

POLIMETAL METALURGIA E PLÁSTICOS LTDA.

REPRESENTADA POR SEUS ADMINISTRADORES SALESIO NUHS E
SERGIO CASTILHO SGRILLO FILHO
CINDIDA

TAURUS ARMAS S.A.

REPRESENTADA POR SEUS DIRETORES SALESIO NUHS E
SERGIO CASTILHO SGRILLO FILHO
CINDENDA

Testemunhas:

1. _____
MARCO OLIVEIRA DA COSTA
CPF: 018.707.640-56
RG: 1096891302

2. _____
NEANDRO BAGATINI LAZARON
CPF: 823.812.320-87
RG: 1063198152

Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.

Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis nº 23C1F-008-PB

Em 31 de outubro de 2023



Índice

	Página
Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis	3
Anexo I - Acervo líquido apurado por meio dos livros contábeis	6
Anexo II – Notas explicativas sobre as práticas contábeis utilizadas para os ativos e passivos objeto desse laudo	7

Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Iguazu, 418 - Sala 1404
Petrópolis, Porto Alegre (RS) Brasil

T +55 51 3500-8473

Dados da firma avaliadora

A Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, conj. 121 e 122, Cidade das Monções, CEP: 04571-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) nº 13.045.248/0001-10, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC 2SP-034.766/O-0, representada pelo seu responsável técnico, Sr. Romeu Sabino da Silva, brasileiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7064813277, inscrito no CPF sob o nº 917.661.250-34 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 071.263/O-0, residente e domiciliado em Porto Alegre, com escritório estabelecido na cidade de Porto Alegre, na Avenida Iguazu, 418/1404, nomeado pela Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. ("Companhia") para proceder a avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos por meio dos livros contábeis apurado na data-base de 31 de outubro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, resumido no Anexo I, apresenta a seguir o resultado de seu trabalho.

Objetivo da avaliação

O laudo de avaliação de acervo líquido formado por determinados ativos e passivos em 31 de outubro de 2023, apurado por meio dos livros contábeis, da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. tem por objetivo suportar a reestruturação societária na qual o determinados ativos e passivos serão transferidos por cisão para a sua controladora Taurus Armas S.A. ("Taurus"), conforme apresentado no Anexo I.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, está descrito no Anexo II do laudo de avaliação contábil.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos em 31 de outubro de 2023, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame aplicados sobre as contas que registram os determinados ativos e passivos que constam do anexo a esse relatório e que naquela data estavam registrados no balanço patrimonial da Companhia. Assim, efetuamos o exame do referido acervo líquido de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o acervo líquido objeto de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no acervo líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o contador considera os controles internos relevantes em relação ao acervo líquido para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Base para ajuste de determinados ativos e passivos às práticas contábeis brasileiras

Em 31 de outubro de 2023, os saldos dos tributos de PIS e Cofins a compensar estavam a maior em R\$ 238.019,67, efeito da correção de juros.

Em 31 de outubro de 2023, a Companhia, em ato concomitante, estava operacionalizando também a incorporação de determinados saldos de ativo e passivo de suas controladas Taurus Blindagens Nordeste Ltda. (TBN) e Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda. (TBL), no entanto, os referidos lançamentos contábeis desta incorporação estavam em processo de execução. Determinados saldos oriundos daquela incorporação são objeto desta cisão parcial e compõe o acervo líquido cindido pela Companhia (vide Anexo I).

Para fins deste laudo de avaliação, os saldos de determinados ativos e passivos que constam do resumo incluído no anexo foram assim ajustados para refletir os ajustes mencionados acima:

Acervo líquido conforme registros contábeis	(16.887.673,23)
(-) Ajustes atualização tributos	(238.019,67)
(+) Saldos incorporados TBN e TBL	18.581.695,90
Acervo Líquido ajustado às práticas contábeis brasileiras (ver composição resumida no anexo)	1.456.003,00

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 1.456.003,00 (Um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil e três reais) dos ativos e passivos resumidos no anexo, conforme constavam do balanço patrimonial em 31 de outubro de 2023, registrado nos livros contábeis e resumidos no anexo, ajustado pelo efeito dos assuntos mencionados no parágrafo “Base para ajuste de determinados ativos e passivos às práticas contábeis brasileiras”, não registrados contabilmente, representa, em todos os aspectos relevantes, o acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da Companhia Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

Porto Alegre, 30 de novembro de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC RS-008.812/F-9



Romeu Sabino da Silva
Contador CRC RS-071.263/O-0

Anexo I

Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.

Acervo líquido apurado por meio de livros contábeis na data-base 31 de outubro de 2023

(Valores expressos em reais)

		Saldos Polimetal	Saldos incorporados TBN e TBL	Acervo Líquido
	Notas	31/10/2023	31/10/2023	31/10/2023
Ativo circulante				
Impostos a recuperar	3	3.782.197,59	22.494.360,16	26.276.557,75
Total do ativo circulante		3.782.197,59	22.494.360,16	26.276.557,75
Total do ativo		3.782.197,59	22.494.360,16	26.276.557,75
Passivo circulante				
Partes relacionadas	4	6.386.986,01		6.386.986,01
Total do passivo circulante		6.386.986,01	0,00	6.386.986,01
Partes relacionadas	4	13.770.210,21		13.770.210,21
Tributos diferidos		750.694,27	3.912.664,26	4.663.358,53
Total do passivo não circulante		14.520.904,48	3.912.664,26	18.433.568,74
Total do passivo		20.907.890,49	3.912.664,26	24.820.554,75
Total do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos		(17.125.692,90)	18.581.695,90	1.456.003,00

Anexo II – Notas explicativas sobre as práticas contábeis utilizadas para os ativos e passivos objeto desse laudo

1. Contexto operacional

A Polimetal Metalúrgica e Plásticos Ltda, CNPJ: 89.545.511/0001-00, com sede em São Leopoldo/RS, tendo como atividade principal a indústria, o comércio, a importação e a exportação de peças forjadas e usinadas em geral, injeção de metal (MIM - Metal Injection Molding), tratamento térmico de metais, produtos de metal, ferramentas manuais e ferramental de produção.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (Pronunciamento CPC-PME) e NBC TG 1000 (R1).

A Empresa adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de outubro de 2023.

Instrumentos financeiros

Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria no caso de aquisição, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Esses ativos financeiros são classificados como ativos circulantes.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, visto que é a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e que gera entradas e saídas de caixa.

Tributos e encargos sociais a recolher

Programa de Integração Social — PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — Cofins

Foram calculados sobre os rendimentos das aplicações financeiras aplicável para as empresas sujeitas ao regime não cumulativo, nas alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para o Cofins conforme determina a legislação fiscal, Decreto nº 8.426/2015.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

3. Impostos a recuperar

Referem-se a créditos de PIS e Cofins oriundos de decisão favorável, com trânsito em julgado, em ação judicial em que a Companhia pleiteava a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins.

4. Partes relacionadas

31/10/2023

Contas a pagar - Taurus Armas S.A.	6.365.092,52
Contas a pagar - Taurus Investimentos Imobiliários	21.893,49
Mútuos a pagar - Taurus Armas S.A.	13.770.209,72
Total	20.157.195,73
Ativo circulante	6.386.986,01
Ativo não circulante	13.770.209,72

* * *

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISAÇÃO PARCIAL DE TAURUS MÁQUINAS-FERRAMENTA LTDA. E INCORPORAÇÃO DA
PARCELA CINDIDA PELA TAURUS ARMAS S.A.**

celebrado entre

TAURUS MÁQUINAS-FERRAMENTA LTDA.

na qualidade de Cindida,

e

TAURUS ARMAS S.A.

na qualidade de Cindenda

São Leopoldo, RS, 30 de novembro de 2023

PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE CISÃO PARCIAL DE TAURUS MÁQUINAS-FERRAMENTA LTDA. E INCORPORAÇÃO DA PARCELA CINDIDA PELA TAURUS ARMAS S.A.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes:

(A) TAURUS MÁQUINAS-FERRAMENTA LTDA., sociedade empresária limitada com sede social no município de Mandirituba, Estado do Paraná, à Avenida Taurus, n.º 20, Bairro Ciman, CEP 83.800-000, inscrita no CNPJ sob n.º 90.420.811/0001-34, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41.2.0769073.5, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus administradores, **Salesio Nuhs**, brasileiro, nascido em 22/05/1960, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, industrial, inscrito no CPF/ME sob nº 437.953.159-72 e portador da Cédula de Identidade RG nº 263603891/SSP/SP, e **Sergio Castilho Sgrillo Filho**, brasileiro, nascido em 04/11/1977, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 8070518793/SSP/RS e inscrito no CPF/ME sob nº 904.896.160-20 ("TMFL" ou "Cindida"); e,

(B) TAURUS ARMAS S.A., sociedade anônima de capital aberto com sede social na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida São Borja, nº 2181, Prédio A, Distrito Industrial, CEP 93.032-000, inscrita no CNPJ sob n.º 92.781.335/0001-02, com seus atos constitutivos registrado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob NIRE n.º 43.3.0000739.1, neste ato representada por seus diretores, **Salesio Nuhs**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, industrial, inscrito no CPF/ME sob nº 437.953.159-72, portador da Cédula de Identidade RG nº 263603891 expedida pela SSP/SP, e **Sergio Castilho Sgrillo Filho**, brasileiro, nascido em 04/11/1977, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 8070518793/SSP/RS e inscrito no CPF/ME sob nº 904.896.160-20 ("TASA" ou "Cindenda").

Cindida e Cindenda, em conjunto, doravante designadas simplesmente "Partes" e, individualmente, "Parte".

P R E Â M B U L O

CONSIDERANDO QUE:

- (i)** a TASA é uma companhia aberta categoria "A" com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código de negociação (*ticker*) "TASA4".
- (ii)** a TASA desenvolve atividades de indústria, comércio, importação e exportação de armas, peças para armas, munição, produtos destinados à proteção e segurança pessoal, dentre outras atividades, nos termos de seu objeto social.
- (iii)** a TMFL tem no seu objeto social o propósito de desenvolver atividades de indústria, comércio, importação e exportação de produtos destinados à proteção e segurança pessoal, blindagem para veículos, produtos e peças manufaturados em fibras de vidro e carbono, concessão de licença para uso de marcas, participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, dentre outras atividades, muito embora encontre-se neste momento sem atividade produtiva operacional.
- (iv)** a TASA é titular de 100% (cem por cento) das quotas sociais de emissão da TMFL ("Quotas").

- (v) subordinado a determinados termos e condições, a TMFL pretende cindir parcela de seu patrimônio e transferi-lo para a TASA e a TASA pretende incorporar a parcela a ser cindida da TMFL.
- (vi) as administrações das Partes acreditam que a cisão parcial da TMFL com a incorporação da parcela cindida pela TASA beneficiará as Partes, otimizando sua estrutura de capital, a realocação de ativos e passivos de modo a gerar maior eficiência aos negócios e a compensação de obrigações financeiras e fiscais.

RESOLVEM firmar, nos termos dos artigos 224, 225, 226, 227 e 229 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), dos artigos 1.116, 1.117, 1.118 e 1.122 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro 2002, conforme alterada (“Código Civil”) e das normas constantes da Resolução CVM n.º 78, de 29 de março de 2022 (“RCVM 78/22”), o presente instrumento particular de “Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. e incorporação da Parcela Cindida pela Taurus Armas S.A.”, observados os termos, cláusulas e condições adiante consubstanciados (“Protocolo e Justificação”).

CLÁUSULA 1. INTERPRETAÇÕES E DEFINIÇÕES

1.1. Interpretação. Os títulos e cabeçalhos deste Protocolo e Justificação servem meramente para referência e não devem limitar ou afetar o significado atribuído à Cláusula a que fazem referência.

1.1.1. Os termos “inclusive”, “incluindo”, “particularmente” e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo “exemplificativamente”.

1.1.2. Sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas neste Protocolo e Justificação aplicar-se-ão tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa.

1.1.3. Referências a qualquer documento ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo expressamente disposto de forma diferente.

1.1.4. Referências a disposições legais serão interpretadas como referências às disposições respectivamente alteradas, estendidas, consolidadas ou reformuladas na data deste Protocolo e Justificação.

1.2. Definições. Os termos iniciados com letras maiúsculas constantes deste Protocolo e Justificação terão os significados a eles atribuídos neste instrumento.

CLÁUSULA 2. OBJETO

2.1. Operação. Este Protocolo e Justificação tem por objeto consubstanciar as justificativas, os termos, cláusulas e condições da cisão parcial da TMFL, com a incorporação da parcela cindida pela TASA (“Operação”), de modo que, com a implementação da Operação, a TMFL continuará existente na qualidade de subsidiária integral da TASA e a TASA sucederá a TMFL, a título universal, em relação, exclusivamente, aos bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, dívidas, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades integrantes da parcela patrimonial cindida, nos termos do artigo 229 da Lei das S.A.

CLÁUSULA 3. MOTIVOS E FINS DA OPERAÇÃO, BENEFÍCIOS, FATORES DE RISCO E CUSTOS

3.1. Motivos e Fins da Operação. Tendo em vista que as Partes são sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico e considerando que a TASA é titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da Cindida, a Operação trará benefícios às Partes, de ordem econômica, financeira e fiscal, na medida otimizará a estrutura de capital das sociedades, a realocação de ativos e passivos de modo a gerar maior eficiência aos negócios e a compensação de obrigações financeiras e fiscais.

3.2. Fatores de Risco. Tendo em vista que a TASA é titular de 100% (cem por cento) do capital social da Cindida, as Partes entendem que a Operação não aumenta a exposição de risco das Partes e não impacta em risco aos acionistas, investidores e terceiros interessados na TASA.

3.3. Estimativas de Custos. As Partes estimam que os custos e despesas totais para realização e efetivação da Operação, incluindo os honorários de assessores jurídicos, de avaliadores e de auditores e os custos para realização e publicação dos atos societários não devem ultrapassar o montante estimado de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

3.4. Opinião dos Administradores. Os administradores das Partes entendem que a Operação, considerando os motivos e fins descritos na Cláusula 3.1 acima, trará maior racionalização de obrigações e ativos entre as mesmas, refletindo em melhores resultados operacionais e financeiros, justificando, portanto, a Operação.

CLÁUSULA 4. CAPITAL SOCIAL DAS PARTES ANTES DA OPERAÇÃO

4.1. Composição do Capital Social da TMFL Antes da Operação. O capital social da TMFL, nesta data, é de R\$ 293.638.974,00 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e oito mil novecentos e setenta e quatro reais), dividido em 293.638.974 (duzentas e noventa e três milhões, seiscentas e trinta e oito mil, novecentas e setenta e quatro) Quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme abaixo indicado:

Sócio	Quotas	Valor (R\$)	% Total
Taurus Armas S.A.	293.638.974	293.638.974,00	100%
Total:	293.638.974	293.638.974,00	100%

4.2. Composição do Capital Social da TASA Antes da Operação. O capital social da TASA, nesta data, é de R\$ 367.935.517,53 (trezentos e sessenta e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos) representado por 126.634.434 (cento e vinte e seis milhões, seiscentas e trinta e quatro mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 80.189.120 (oitenta milhões, cento e oitenta e nove mil, cento e vinte) ações preferenciais, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas conforme abaixo indicado:

Acionista	Ações	% Total
	Ações Ordinárias	
BYK Participações S.A.	31.889.353	68,66%
CBC Brasil Com. Dis. Ltda.	673.457	1,45%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	5.889.266	12,68%

Outros	7.993.238	17,21%
Total:	46.445.314	100%
	<i>Ações Preferenciais</i>	
BYK Participações S.A.	4.201.910	5,24%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	6.824.094	8,51%
Luiz Barsi Filho	6.230.695	7,77%
Outros	62.932.421	78,48%
Total:	80.189.120	100%

CLÁUSULA 5. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DAS PARTES APÓS A OPERAÇÃO

5.1. Composição do Capital Social da TMFL Depois da Cisão Parcial. Após a efetivação da Cisão Parcial TMFL, com a versão do Acervo Cindido à TASA, o capital social da TMFL será reduzido em R\$ 1.000,00 (um mil reais), mediante o cancelamento e extinção de 1.000 (uma mil) Quotas que eram detidas por TASA, correspondente ao patrimônio líquido cindido ("Quotas Extintas"), passando dos atuais R\$ 293.638.974,00 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e oito mil novecentos e setenta e quatro reais), dividido em 293.638.974 (duzentas e noventa e três milhões seiscentas e trinta e oito mil e novecentas e setenta e quatro) Quotas, para R\$ 293.637.974,00 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e sete mil novecentos e setenta e quatro reais), representado por 293.637.974 (duzentas e noventa e três milhões seiscentas e trinta e sete mil novecentas e setenta e quatro), Quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas entre os sócios conforme abaixo indicado:

Sócio	Quotas	Valor (R\$)	% Total
Taurus Armas S.A.	293.637.974	293.637.974,00	100%
Total:	293.637.974	293.637.974,00	100%

5.2. Composição do Capital Social da TASA Depois da Operação. O capital social da TASA, com a implementação da Operação, permanecerá inalterado, no valor de R\$ 367.935.517,53 (trezentos e sessenta e sete milhões, novecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos) representado por 126.634.434 (cento e vinte e seis milhões, seiscentas e trinta e quatro mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 80.189.120 (oitenta milhões, cento e oitenta e nove mil, cento e vinte) ações preferenciais, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal, sem qualquer alteração na sua distribuição entre os acionistas da Companhia em decorrência da Operação.

Acionista	Ações	% Total
	<i>Ações Ordinárias</i>	
BYK Participações S.A.	31.889.353	68,66%
CBC Brasil Com. Dis. Ltda.	673.457	1,45%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	5.889.266	12,68%
Outros	7.993.238	17,21%

Total:	46.445.314	100%
	<i>Ações Preferenciais</i>	
BYK Participações S.A.	4.201.910	5,24%
Gibraltar Inc. e Par. Ltda.	6.824.094	8,51%
Luiz Barsi Filho	6.230.695	7,77%
Outros	62.932.421	78,48%
Total:	80.189.120	100%

5.3. Direitos, Votos e Dividendos dos Acionistas da TASA. Não haverá alteração nos direitos de voto, dividendos ou quaisquer outros direitos políticos ou patrimoniais conferidos aos atuais acionistas da TASA, comparativamente às vantagens políticas e patrimoniais das ações existentes antes da Operação.

CLÁUSULA 6. DIREITO DE RETIRADA E VALOR DE REEMBOLSO

6.1. Direito de Retirada dos Sócios da TMFL. Visto que a TASA é a única sócia da Cindida, a aprovação da Operação dependerá, exclusivamente, do voto afirmativo da mesma. Desse modo, inexistirá sócio dissidente da deliberação de sócios da TMFL.

CLÁUSULA 7. RELAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO E NÚMERO DE QUOTAS E AÇÕES

7.1. Inexistência de relações de substituição. A Cisão Parcial TMFL será realizada sem relação de substituição das Quotas de emissão da TMFL por ações da TASA, tendo em vista que (i) a TASA é a titular da totalidade das Quotas da TMFL; (ii) a Operação não acarretará aumento de capital social na TASA; (iii) a Operação não implicará emissão de novas ações pela TASA; e (iv) não haverá migração de qualquer sócio da TMFL para o capital social da TASA, tendo em vista que esta é a única sócia da TMFL.

7.2. Alteração Número de Quotas da Cindida. A Operação acarretará a extinção de 1.000 (uma mil) Quotas de emissão da TMFL.

7.3. Inexistência de Emissão de Novas Ações pela Cindida. A Operação será realizada sem a emissão de novas ações pela TASA.

7.4. Frações de Ações da Cindida. Como a Operação será realizada sem a emissão de novas ações pela TASA, não haverá frações de ações a serem consolidadas.

7.5. Inexigibilidade da Relação de Substituição para Fins Comparativos. Não é aplicável à Operação as avaliações dos patrimônios líquidos das Partes para fins da relação de substituição comparativa prevista no artigo 264 da Lei das S.A., tendo em vista que: (i) a TASA é a titular da totalidade das quotas de emissão da TMFL, inexistindo sócios não controladores que devem migrar para a TASA; e, (ii) a Operação será realizada sem relação de substituição.

CLÁUSULA 8. ELEMENTOS PATRIMONIAIS ATIVOS E PASSIVOS

8.1. Parcela Cindida – Cisão Parcial TMFL. A parcela do patrimônio da TMFL a ser vertida e transferida por incorporação para a TASA é composta, única e exclusivamente, pelos ativos e passivos selecionados pela administração das Partes, conforme descritos no anexo ao Laudo de Avaliação Parcela Cindida (“Parcela Cindida”).

- 8.1.1. No momento da aprovação da Operação, parte do investimento da TASA na TMFL, correspondente ao valor da Parcela Cindida, com eventuais ajustes decorrentes das variações patrimoniais posteriores relacionados à Parcela Cindida, será cancelado e será substituído pelos ativos e passivos selecionados que formam a Parcela Cindida a ser incorporada pela Cindenda.

CLÁUSULA 9. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

9.1. Empresa Avaliadora. Consoante artigos 226, 227 e 229 da Lei n.º 6.404/1976, as Partes contrataram a Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda, sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, conj. 121 e 122, Cidade das Monções, CEP: 04571-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) nº 13.045.248/0001-10, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC 2SP-034.766/O-0, representada pelo seu responsável técnico, Sr. Romeu Sabino da Silva, brasileiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7064813277, inscrito no CPF sob o nº 917.661.250-34 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 071263/O-0, residente e domiciliado em Porto Alegre, com escritório estabelecido na cidade de Porto Alegre, na Avenida Iguazu, 418/1404 ("Empresa Avaliadora") para elaborar o laudo de avaliação do valor contábil da Parcela Cindida de TMFL ("Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL").

9.2. Ratificação da Contratação da Empresa Avaliadora. A escolha da Empresa Avaliadora para elaboração de Laudo de Avaliação Parcela Cindida deverá ser ratificada pela reunião de sócios e assembleia geral extraordinária das Partes.

9.3. Critério de Avaliação. A Parcela Cindida foi avaliada por seus valores contábeis.

9.4. Data Base da Avaliação. Adotou-se como data-base para avaliação da Parcela Cindida o dia 31 de outubro de 2023 ("Data-Base").

9.5. Laudo de Avaliação. A Empresa Avaliadora elaborou o Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL, que integra o presente Protocolo e Justificação como Anexo 9.5(i).

9.6. Valor Atribuído – Parcela Cindida. Conforme o Laudo de Avaliação Parcela Cindida preparado pela Empresa Avaliadora, o valor contábil da Parcela Cindida na Data-Base corresponde a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

9.7. Variações Patrimoniais. As variações patrimoniais relativas à Parcela Cindida que ocorrerem entre a Data-Base e a data da efetiva realização da Operação serão absorvidas pela Incorporadora e reconhecidas diretamente na escrituração da Cindenda.

CLÁUSULA 10. CONTINUIDADE DA CINDIDA, CREDORES E SUCESSÃO DE OBRIGAÇÕES

10.1. Continuidade da Cindida. A Operação não resultará na extinção da TMFL que continuará existentes na qualidade de sociedade subsidiária integral da TASA.

10.2. Relação Perante Credores. Como a Operação confere certos direitos especiais aos credores da Cindida, nos termos do art. 233 da Lei n.º 6.404/1976, a redução do capital social realizada no âmbito da cisão parcial (i) produzirá efeitos imediatos e (ii) o arquivamento da alteração do contrato social da TMFL não dependerá da abertura do prazo para oposição de credores previsto nos artigos 174 da Lei n.º 6.404/1976 e 1.084, § 2º do Código Civil.

10.3. Sucessão em Bens, Direitos e Obrigações da Parcela Cindida. A TASA sucederá a TMFL, a título universal e sem solução de continuidade, exclusivamente em relação aos bens, direitos, deveres,

obrigações e responsabilidades de titularidade da TMFL e integrantes ou relacionados à Parcela Cindida incorporada pela TASA.

10.4. Registro e Averbação da Sucessão da Cindida. Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão da Cisão Parcial emitida pelo Registro de Empresas será documento hábil para o registro e averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Cindenda em relação aos bens, direitos, deveres, obrigações e responsabilidades integrantes ou relacionados à Parcela Cindida.

10.5. Ausência de Solidariedade entre a Cindenda e a Cindida. A TASA será responsável apenas pelas dívidas, obrigações e passivos que lhes forem expressamente transferidas em razão da Operação previstos neste instrumento, sem solidariedade entre a Cindenda e a Cindida, nos termos do artigo 233, § único, da Lei das S.A.

CLÁUSULA 11. DEFESA DA CONCORRÊNCIA E AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

11.1. Autoridades de Defesa da Concorrência. A realização da Operação não está sujeita à apreciação das autoridades de defesa da concorrência, quer no Brasil ou no exterior.

11.2. Autorizações de Autoridades Governamentais. A realização da Operação também não está sujeita à aprovação de qualquer outra autoridade governamental, quer no Brasil, quer no exterior.

CLÁUSULA 12. ATOS SOCIETÁRIOS E REFORMA ESTATUTÁRIA

12.1. Alteração do Contrato Social da TMFL. Deverá ser celebrada alteração do contrato social da TMFL para deliberar e aprovar, dentre outras matérias: (i) este Protocolo e Justificação; (ii) a Cisão Parcial, nos termos e condições do presente Protocolo e Justificação; (iii) a redução do capital social, com a respectiva alteração de seu contrato social; e (iv) autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação da Cisão Parcial.

12.1.1. O capital social da TMFL será modificado para refletir a redução de capital resultante da Cisão Parcial, passando a Cláusula Quinta do contrato social a vigor com a seguinte redação:

“DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta - O capital social da Sociedade é do valor nominal e integralizado de R\$ 293.637.974,00 (duzentos e noventa e três milhões seiscentos e trinta e sete mil novecentos e setenta e quatro reais), dividido em 293.637.974 (duzentas e noventa e três milhões seiscentas e trinta e sete mil e novecentas e setenta e quatro) quotas sociais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios:

Sócio:	Quotas:	Valor:	(%)
Taurus Armas S.A.	293.637.974	293.637.974,00	100,0%
TOTAL	293.637.974	293.637.974,00	100,0%

12.2. Assembleia Geral Extraordinária da TASA. Deverá ser realizada uma assembleia geral extraordinária da TASA para deliberar e aprovar, dentre outras matérias: (i) este Protocolo e Justificação; (ii) a ratificação da nomeação da Empresa Avaliadora para elaboração do Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL, (iii) a Cisão Parcial, nos termos e condições do presente Protocolo e Justificação; e (iv) a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação da Operação.

12.2.1. Como a Operação será realizada sem aumento de capital, não haverá qualquer modificação no estatuto social da TASA.

CLÁUSULA 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Demonstrações Financeiras. Nos termos do art. 16 da RCV 78/22, não é aplicável a divulgação das demonstrações financeiras para fins da operação e das demonstrações financeiras proforma, nos termos do capítulo III da RCV 78/22, uma vez que: (i) a TASA é detentora da totalidade das quotas da TMFL; e (ii) a Operação não implica aumento de capital social nem emissão de novas ações pela TASA, e, portanto, não representa diluição.

13.2. Documentos. Este Protocolo e Justificação e o Laudo de Avaliação Parcela Cindida TMFL, bem como a proposta da administração da TASA contendo as informações exigidas pela Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022 (“RCVM 81/22”), conforme alterada, serão colocados à disposição nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 e da TASA na rede mundial de computadores.

13.3. Negócios Dependentes. Este Protocolo e Justificação é celebrado no contexto da reorganização societária da TMFL e da TASA, conforme informado no preâmbulo deste instrumento.

13.4. Prática de Atos. Uma vez aprovada a Operação, os administradores da TMFL e da TASA deverão praticar todos os atos, registros e averbações que se fizerem necessários à perfeita regularização, formalização e efetivação da Operação e do estabelecido no presente Protocolo e Justificação.

13.5. Custos e Despesas. Cada Parte deve arcar com suas respectivas despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da celebração deste Protocolo e Justificação e da consumação da Operação, incluindo, sem limitação, despesas com publicações, assessores jurídicos e financeiros, registros e averbações necessários.

13.6. Tributos. Cada uma das Partes deverá recolher e pagar pontualmente todos os tributos incidentes em razão da Operação e para os quais seja definida como contribuinte pela legislação tributária. Adicionalmente, as Partes autorizam-se mutuamente a reter e pagar em nome e por conta da outra todos os tributos para os quais a legislação tributária determine o recolhimento na fonte.

13.7. Aprovações. Este Protocolo e Justificação contém as condições exigidas pela Lei das S.A. e pela regulamentação aplicável da CVM para a proposta de Cisão Parcial da Cindida com incorporação da Parcela Cindida pela Cindenda, e deverá ser submetido à apreciação e aprovação da assembleia geral extraordinária da TASA e da reunião de sócios da TMFL.

13.8. Sobrevivência de Cláusulas. Caso alguma cláusula, disposição, termo ou condição deste Protocolo e Justificação venha ser considerada inválida ou inexecutável, as demais cláusulas, disposições, termos e condições não afetados permanecerão válidas e em pleno vigor.

13.9. Renúncia e Não Exercício. O não exercício, ou o atraso no exercício, por qualquer das Partes, dos direitos a elas respectivamente conferidos nos termos deste Protocolo e Justificação, não será interpretado como renúncia em relação a tal direito. Toda e qualquer renúncia aos direitos estabelecidos neste Protocolo e Justificação somente será válida quando entregue por escrito e assinada pela Parte renunciante.

13.10. Cessão. É vedada a cessão de quaisquer dos direitos e obrigações pactuados no presente Protocolo e Justificação sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, de cada uma das Partes.

13.11. Título Executivo. O presente Protocolo e Justificação, assinado juntamente com 2 (duas) testemunhas, servirá como título executivo extrajudicial na forma da legislação processual civil, para

todos os efeitos legais, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste instrumento estão sujeitas à execução específica, nos termos da legislação processual civil.

13.12. Lei aplicável. Este instrumento de Protocolo e Justificação será regido, interpretado e aplicado de acordo com a legislação vigente da República Federativa do Brasil.

13.13. Foro. Fica eleito o Foro da Comarca de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente Protocolo e Justificação, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

13.14. Assinatura Eletrônica. Os signatários reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Protocolo e Justificação e de seus termos, nos moldes do artigo 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do artigo 10, parágrafo segundo, da Medida Provisória nº 2.220-2/ 2001 (a “MP nº 2.220-2”), como, por exemplo, por meio do upload deste Protocolo e Justificação e aposição de suas respectivas assinaturas eletrônicas na plataforma DocuSign (<https://account.docusign.com/>), produzindo efeitos para todas as Partes a partir da data de assinatura nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura em data posterior.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as Partes assinam o presente Protocolo e Justificação por meio eletrônico, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

São Leopoldo, RS, 30 de novembro de 2023.

TAURUS MÁQUINAS-FERRAMENTA LTDA.

REPRESENTADA POR SEUS ADMINISTRADORES SALESIO NUHS E
SERGIO CASTILHO SGRILLO FILHO
CINDIDA

TAURUS ARMAS S.A.

REPRESENTADA PELOS DIRETORES SALESIO NUHS E
SERGIO CASTILHO SGRILLO FILHO
CINDENDA

Testemunhas:

1. _____
MARCO OLIVEIRA DA COSTA
CPF: 018.707.640-56
RG: 1096891302

2. _____
NEANDRO BAGATINI LAZARON
CPF: 823.812.320-87
RG: 1063198152

Taurus Máquina Ferramentas Ltda.

Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos
apurados por meio dos livros contábeis

nº 23C1E-009-PB

Em 31 de outubro de 2023



Índice

	Página
Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis	3
Anexo I	5
Anexo II – Notas explicativas sobre as práticas contábeis utilizadas para os ativos e passivos objeto desse laudo	6

Laudo de avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Iguaçu, 418 - Sala 1404
Petrópolis, Porto Alegre (RS) Brasil

T +55 51 3500-8473

Dados da firma avaliadora

A Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, conj. 121 e 122, Cidade das Monções, CEP: 04571-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) nº 13.045.248/0001-10, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº CRC 2SP-034.766/O-0, representada pelo seu responsável técnico Sr. Romeu Sabino da Silva, brasileiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7064813277, inscrito no CPF sob o nº 917.661.250-34 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 1RS-071.263/O-0, residente e domiciliado em Porto Alegre, com escritório estabelecido na cidade de Porto Alegre, na Avenida Iguaçu, 418/1404, nomeado pela Taurus Máquina Ferramentas Ltda. ("Companhia") para proceder a avaliação do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos por meio dos livros contábeis apurado na data-base de 31 de outubro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, resumido no Anexo I, apresenta a seguir o resultado de seu trabalho.

Objetivo da avaliação

O laudo de avaliação de acervo líquido formado por determinados ativos e passivos em 31 de outubro de 2023, apurado por meio dos livros contábeis, da Taurus Máquina Ferramentas Ltda. tem por objetivo suportar a reestruturação societária na qual o determinados ativos e passivos serão transferidos por cisão para a sua controladora Taurus Armas S.A. ("Taurus"), conforme apresentado no Anexo I.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo II do laudo de avaliação contábil.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos em 31 de outubro de 2023, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame aplicados sobre as contas que registram os determinados ativos e passivos que constam do anexo a esse relatório e que naquela data estavam registrados no balanço patrimonial da Companhia. Assim, efetuamos o exame do referido acervo líquido de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o acervo líquido objeto de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.


A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no acervo líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o contador considera os controles internos relevantes em relação ao acervo líquido para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) dos ativos e passivos, conforme constava do balanço patrimonial em 31 de outubro de 2023, registrado nos livros contábeis e resumido no anexo, representa, em todos os aspectos relevantes, o acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da companhia Taurus Máquina Ferramentas Ltda., avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

Porto Alegre, 30 de novembro de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC RS-008.812/F-9



Romeu Sabino da Silva
Contador CRC 1RS-071.263/O-0

Anexo I

Taurus Máquina Ferramentas Ltda.

Acervo líquido apurado por meio de livros contábeis em 31 de outubro de 2023

(Valores expressos em reais)

	Notas	31/10/2023
Ativo circulante		
Impostos a recuperar	3	9.061.579,22
Total do ativo circulante		9.061.579,22
Total do ativo		9.061.579,22
Passivo circulante		
Provisão para garantias	4	1.467.534,18
Provisão para contingências	5	1.354.229,42
Total do passivo circulante		2.821.763,60
Partes relacionadas	6	3.774.680,91
Provisão para contingências	5	2.237.022,84
Outras contas a pagar		227.111,87
Total do passivo não circulante		6.238.815,62
Total do passivo		9.060.579,22
Total do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos		1.000,00

Anexo II – Notas explicativas sobre as práticas contábeis utilizadas para os ativos e passivos objeto desse laudo

1. Contexto operacional

A Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda, CNPJ nº 90.420.811/0001-34, foi constituída em 24 de agosto de 2004, tendo como objeto social o desenvolvimento, a indústria, o comércio, a importação e a exportação de máquinas operatrizes e de seus componentes, produtos metalúrgicos em geral, notadamente ferramental de produção, ferramentas de corte, peças forjadas e peças forjadas.

Atualmente encontra-se sediada no município de Mandirituba/PR e diante das condições de mercado a Companhia não mais se mantém operacional.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (Pronunciamento CPC-PME) e NBC TG 1000 (R1).

A Empresa adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de outubro de 2023.

Instrumentos financeiros

Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria no caso de aquisição, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Esses ativos financeiros são classificados como ativos circulantes.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, visto que é a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e que gera entradas e saídas de caixa.

Tributos e encargos sociais a recolher

Programa de Integração Social — PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — Cofins

Foram calculados sobre os rendimentos das aplicações financeiras aplicáveis para as empresas sujeitas ao regime não-cumulativo, nas alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para o Cofins, conforme determina a legislação fiscal, Decreto nº 8.426/2015.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados

3. Impostos a recuperar

Referem-se a créditos de PIS e Cofins oriundos de decisão favorável, com trânsito em julgado, em ação judicial em que a Companhia pleiteava a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins.

4. Provisão para garantias

A Companhia reconheceu antecipadamente os custos associados à garantia de seus produtos vendidos. Ela representa uma estimativa do valor que a empresa espera gastar para cumprir suas obrigações sob garantia no futuro.

Ao vender um produto ou serviço, muitas empresas oferecem garantias para tranquilizar os clientes quanto à qualidade e durabilidade do que estão adquirindo. Essas garantias podem variar em termos de cobertura e duração, mas, em geral, implicam que a empresa será responsável por corrigir defeitos ou problemas durante um período específico após a compra.

A forma de cálculo da provisão de garantia era feita aplicando 5% sobre o faturamento da Companhia.

5. Provisão para contingências

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, no histórico de julgamento e a experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Administração constituiu provisão considerando os prognósticos e informações existentes até a data-base do encerramento das demonstrações financeiras.

6. Partes relacionadas

31/10/2023

Mútuos a pagar Taurus Armas S.A.	3.774.680,91
Total	3.774.680,91

* * *